



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ATA N.º 311 - (2/2021)

*APROVADO
com o voto com
18/12/2022 6 Absenções
[Signature]*

1- Ao dia trinta do mês de abril de 2021, reuniu no Ginásio-Cine em sessão ordinária a Assembleia Geral da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), com a presença de 58 associados, em conformidade com o exposto no Art.º 30, n.º 21, alínea C) dos Estatutos da Coletividade a fim de dar cumprimento à Ordem de Trabalhos constante da respetiva convocatória datada a vinte e um de abril de 2021.

- **Ponto n.º 1** – Apresentação, discussão e deliberação sobre o Relatório e Contas da Direção do ano anterior (2020) e o respetivo parecer do Conselho Fiscal.
- **Ponto n.º 2** – Informações de outros assuntos de interesse para a Coletividade.

1.1. A sessão teve início às 21h00, em segunda convocatória, com a presença de 58 associados, conforme o registo em livro próprio, tendo sido composta pelo Presidente da mesa da Assembleia Geral, António Cristo, Vice-Presidente da mesa da Assembleia Geral, Vânia Cruz e secretariada pelos associados José Pires e David Gonçalves.

2- O Presidente da MAG iniciou os trabalhos, relembrando e esclarecendo o seguinte:

- Que no art.º 31 (deliberações) dos estatutos, diz que são nulas, não produzindo qualquer efeito, as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem de trabalhos das reuniões da Assembleia Geral, salvo se todos os associados efetivos estiverem presentes e houver aceitação unânime do aditamento.

3- Tendo como base o art.º 31º, n.º 2 dos estatutos, inicialmente foi apresentada uma moção de saudação e de pesar dos órgãos sociais, passando a palavra ao sócio Nuno Lopes, Vice-Presidente do Departamento de Atividades Desportivas (DAD) para a leitura da saudação à equipa de natação da SFUAP pelos resultados alcançados no 13.º Meeting da cidade de Coimbra. De seguida, foi lida a moção de pesar pelo sócio José Luz, Presidente do Conselho Fiscal, referente ao falecimento do associado António Barrisco, secretário do Conselho Fiscal. Postas à votação, as mesmas foram aprovadas por unanimidade. De seguida o Presidente da MAG pediu para se realizar um minuto de silêncio em homenagem ao associado António Barrisco. Após o cumprimento do minuto de silêncio,

o Presidente da Mesa deu início ao ponto n.º 1 da ordem de trabalhos, dando para o efeito a palavra ao Presidente da Direção, Joaquim Marreiros.

- 3.1) O Presidente da Direção começou por saudar todos os presentes, referindo ser a primeira vez a apresentar um Relatório e Contas no qual não participou. Contudo, uma vez que estariam presentes na sala membros da Direção anterior, caso houvesse algum lapso e/ou falta de informação, solicita a ajuda dos mesmos, de forma a esclarecer os sócios.

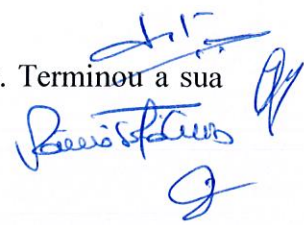
De seguida, fez referência aos constrangimentos do ano de 2020 (p.ex: instalações fechadas, atividades que não se realizaram, etc.), que causaram impacto tanto nas atividades, quanto nas contas. No entanto, ao analisar e comparar o documento apresentado com o plano de orçamento de 2019, ano considerado “normal”, observa resultados significativos e refere que as receitas de 2020 foram menores que 2019, nomeadamente de 251.391,51€, assim como as despesas, onde se verificou um decréscimo de 143.354,04 €. Ainda assim, quanto ao resultado líquido, apesar da aparente quebra em relação a 2019, saldou-se 212.142,69€ positivos. Neste sentido, o Presidente da Direção considera que, apesar de ser um ano atípico e, consequentemente, difícil, os resultados apresentados parecem-lhe positivos.

Passando às atividades, afirmou ter lido o Relatório e Contas atentamente, frisando ter sido bastante significativo aquilo que foi feito. Por último, reafirma que estão presentes antigos dirigentes, que viveram a realidade e respetivas dificuldades do ano de 2020, pedindo auxílio para prestar possíveis esclarecimentos.

- 4- De seguida, o Presidente da MAG, antes de abrir o debate aos associados, perguntou se o Presidente da anterior Direção queria intervir.

- 4.1) Pediu a palavra o Ex-Presidente da Direção, Luís Gonçalves (sócio n.º 3517), que começou por dar as boas noites e referiu que, por uma questão de cortesia, aceitou o repto do atual Presidente para a sua intervenção, apesar de não achar necessário, pois o mesmo sintetizou muito bem o documento. Frisou que realmente foi um ano difícil, mas mesmo assim foi possível apresentar um resultado que dignifica a coletividade, reforçando a ideia de que não foi fácil e que foi essencial ser feito um esforço de contenção para que fosse este o resultado. Quanto à restante intervenção, o Ex-Presidente refere que apenas acrescentaria que partiram de um resultado provisional de 92.207,00€, chegando ao final com um resultado efetivo de 212.042,69€. Por fim, lembra que apesar de ter votado favoravelmente à proposta na anterior Assembleia, 8 dias antes da presente, acredita ser um desafio grande e elencou alguns aspetos, nomeadamente o transporte de valores, onde pelas suas contas serão sempre mais de 4.000,00€ por ano. Para concluir, o associado refere que, na sua opinião, a Direção, ao apresentar um resultado provisional em termos de orçamento de 163.290,00€, terá grande desafio pela frente, uma vez que se espera que o próximo ano seja também ele atípico,

contudo, se efetivamente for atingido tal resultado, estará cá para aplaudir. Terminou a sua intervenção agradecendo a oportunidade.



5- O Presidente da MAG tomou a palavra para perguntar se mais algum sócio queria intervir.

5.1) Associado Manuel Maia (sócio n.º 5009), inicia a sua intervenção referindo que, na sua opinião, o parecer do Conselho Fiscal não deveria ser votado, uma vez que se trata de uma opinião. Contudo compreende que tal ação tenha de ser realizada, uma vez que é estatutária. Ainda assim, reforça a ideia de que irá votar favoravelmente, mas que, na sua opinião, alteraria determinado parágrafo: “De todas as atividades desenvolvidas pela SFUAP, o parque de campismo é aquela que continua a apresentar resultados positivos, suportando todas as outras atividades, envolvendo riscos para a sustentabilidade da coletividade, cada vez mais elevados, pois nada garante que a curto prazo não se verifique uma contração das receitas provenientes desta área, o que iria provocar a insustentabilidade dos restantes departamentos, nomeadamente das desportivas que ano após ano continua a apresentar resultados bastante negativos, situação que tem vindo a ser alertada por este órgão”. Na opinião do associado, tal afirmação revela, por um lado, que se está a dar como adquirido que algo se irá passar, não concordando com a mesma e, por outro lado, está a ser criada a possibilidade de grandes alterações do ponto de vista destes departamentos (p.ex: desportivo ou cultural), não sabendo se será a melhor forma.

Posto isso, finaliza a sua intervenção sugerindo a seguinte alteração: “*Das atividades desenvolvidas pela SFUAP continua a ser a campista a apresentar resultados positivos que suportam todas as outras atividades, sendo assim esta atividade determinante para a sustentabilidade económica e social da coletividade, sendo importante considerar as receitas e despesas dos departamentos, é determinante a defesa, sustentabilidade e reforço das atividades campistas*”.

a) O Presidente da MAG esclarece que podia ter pedido ao Conselho Fiscal para ler o seu parecer, mas que no ponto 1 da ordem de trabalhos, refere-se à apresentação e discussão do documento, sendo que o respetivo parecer do Conselho Fiscal estaria incluído no mesmo. Acrescenta que não lhe parece necessário ler todo o Relatório, contudo, se for do entendimento da Assembleia será lido.

5.2) De seguida, no seguimento da intervenção anterior, o associado Carlos Freitas (sócio n.º 333), revela alguma apreensão e preocupação relativamente à forma como se coloca, há já algum tempo, o prejuízo da área desportiva. Neste sentido, o associado questiona o que é que se está a fazer para combater tais resultados, nomeadamente na hidroginástica e hidromotricidade que apresentaram um aumento do saldo negativo no valor de 53.709,95€, um aumento de aproximadamente 20.000,00€, comparativamente ao ano anterior.

Adicionalmente, o sócio considera que, em relação à intervenção do Vice-Presidente do DAD sobre a certificação das escolas de natação, feita na última Assembleia, ser dada uma *“certificação não quer dizer que se preste um bom serviço, sendo fundamental prestar um bom serviço, caso contrário, as pessoas não nos procuram”*. Neste sentido, considera fundamental a interação com pais e atletas, assim como angariar novos alunos, de forma a obter maior retorno financeiro, assim como avaliar e analisar aquilo que se faz bem e menos bem, de forma a minimizar os gastos, referindo que esta é uma situação que se prolonga no tempo e que nada tem que ver com a atual Direção.

Contudo, apesar de tais observações, o sócio realça o resultado positivo ao final do ano, referindo que poucas coletividades obterão tais resultados nas mesmas circunstâncias. Por fim, revela a sua satisfação com algumas medidas já impostas, nomeadamente o encerramento do tanque da parte de baixo das piscinas.

- 5.3) De seguida, pediu a intervenção o associado Fernando Cruz (sócio nº 289), começando por cumprimentar a MAG. Primeiramente, o associado demonstra a sua satisfação em relação ao número significativo de pessoas presentes nas últimas Assembleias e, de seguida, agradece ao sócio José Maia *“o sinal que deixou, pouco comum nas Assembleias”*, assim como ao sócio Carlos Freitas, *“relativamente ao resultado positivo apresentado”*.

De seguida, o sócio refere que, como já teria mencionado em Assembleias anteriores, os Relatórios e Contas apresentados pela coletividade são exemplares para técnicos da área, contudo, para leigos, como o mesmo se intitula, a linguagem hermética e contabilística acaba por ser pouco compreensível, sendo que os Relatórios, na sua opinião, carecem de explicações, nomeadamente relativamente aos *“honorários”* e aos *“outros”*, solicitando que, em Relatórios futuros, tais itens surjam com informação complementar. De seguida, refere que não consta no Relatório os fluxos de caixa que, na sua opinião, deviam constar, e que, consequentemente, o leva a questionar se *“haverá um item em relação ao ano anterior que apresenta uma diferença de 200.000,00€”*. E foi enumerando mais outros itens com as mesmas características, passou também pelos devedores à coletividade dizendo que a diferença é cerca de 60.000,00€ e gostaria que fosse mais explicado.

Por fim, o associado afirma que nada tem a apontar ao atual Relatório, contudo reforça a ideia de que este não está claro para a compreensão de um leigo e que, como sócio participativo, gostaria de ser informado e esclarecido. Neste sentido, o associado faz referência à altura em que os Relatórios eram realizados à mão, onde tudo era posto por escrito, especificando que quando se compravam determinados objetos, os mesmos eram discriminados individualmente, referindo que gostava que tal prática voltasse a ser utilizada.

5.4) Seguidamente, a intervenção foi do associado Vítor Silvestre (sócio n.º 5008), que, após a saudação aos presentes, referiu que no passado mês de dezembro, houve 3 formas de ver a Sociedade, que as mesmas foram a eleições, onde foi eleita a atual Direção. De seguida, agradece aos membros da Direção anterior o esforço, dedicação, em particular ao Ex-Presidente que, mesmo não apresentando a mesma estratégia e forma de pensar, mostrou a sua seriedade e sacrifício durante anos.

Em relação às contas, na opinião do associado, *“contabilisticamente são excelentes, mas estrategicamente são muito más”*, frisando, no entanto, que qualquer coletividade gostaria de ter um décimo do conseguido pela SFUAP.

De seguida, refere que no DAD a coletividade lida com crianças que estão na escola e, na sua maioria, na desportiva de competição, e que nos últimos nove meses, as mesmas estiveram em casa, a ter aulas *online*, e que se esperam *“situações dramáticas ao nível do conhecimento, ao nível da tentativa de recuperação do conhecimento nas escolas”*, o que, conseqüentemente, terá implicações ao nível da disponibilidade dessas crianças para treinarem. Posto isto, faz referência ao ano de 2014/2015, onde havia um acordo com uma escola de Almada, onde em turmas preferenciais, com horários preferenciais e para determinados alunos, seria disponibilizado tempo para o treino e que, caso não seja nesse molde, *“as atividades de competição deverão ser esquecidas”*. Acrescenta ainda que, neste momento a coletividade tem metade dos alunos que tinha há cinco anos, apontando as *“causas e responsabilidades ao anterior executivo camarário, uma vez que não teve política em relação aos planos de água que protegesse o que estava erigido nas coletividades”*. Segundo o associado, a coletividade está a sofrer as consequências do surgimento das inúmeras piscinas municipais, reforçando que, apesar de imensas, nenhuma é capaz de receber turismo desportivo que, na Europa, que gera milhões de euros, nem receber provas desportivas, uma vez que nenhuma tem 25 metros ou 6 pistas. Termina reforçando a ideia de que *“a coletividade está a pagar por erros que não são só nossos”*.

5.5) Tomou de seguida a palavra o associado e Vice-Presidente do Departamento de Atividades Financeiras (DAF) Orlando Gonçalves (sócio n.º 1455), que começou por saudar todos os presentes e justificou a não presença na última Assembleia por motivos de saúde. De seguida, refere que antes de falar sobre o Relatório e Contas se vê obrigado a falar sobre outros assuntos apresentadas, nomeadamente em relação ao transporte de valores, tanto na última Assembleia, quanto na presente. Acredita ser relevante informar os sócios presentes de que até à data seriam alguns trabalhadores da SFUAP os responsáveis por transportar milhares de euros nos seus bolsos, o que poderia colocar em causa a vida dos mesmos, daí a decisão da atual Direção no que diz respeito à contratação de uma empresa para tais fins. No seguimento de tal justificação, acrescenta que o mais importante não seria a possibilidade de ser retirado

o dinheiro, mas sim o que poderiam fazer às pessoas que estariam a transportar o dinheiro, pergunta ainda a quem diz ser pouco ou muito esse custo, se sabe dizer qual o custo da vida de uma pessoa.

De seguida, no que diz respeito à intervenção do associado José Maira, refere estar de acordo com a mesma, contudo, tal situação não será reversível.

Em relação à questão levantada pelo associado Carlos Freitas, relativamente ao tanque da parte de baixo das piscinas, o Vice-Presidente do DAF reforça a ideia de que *“esta Direção resolveu em 4 meses um problema que tinha 10 anos”*. Neste sentido, reafirma que esta Direção tomou posse apenas há quatro meses e que, quando se fala em custos, é necessário tempo, para que os assuntos sejam tratados com rigor, acrescentado que se devia estar a falar do Relatório e Contas e não sobre o Orçamento.

De seguida, em resposta à intervenção feita a falar sobre as culpas camarárias, pela existência de piscinas municipais, que estão ao serviço da população do concelho de Almada, confessa ser contra tal abordagem, uma vez que acredita ter sido um bem social feito pela anterior autarquia, uma vez que colocou esse serviço ao dispor da população, como aliás, acredita ser aquilo que também a SFUAP deveria fazer, apostando em parcerias com a Câmara Municipal, contudo, considera que a mesma não estará disponível, mas que apenas o futuro o dirá.

Sobre o Relatório e Contas confessa o voto favorável, porém menciona alguns aspetos que considera relevantes, nomeadamente o facto de que o Relatório veio comprovar o contrário do catastrófico que foi anunciado, uma vez que apresenta um resultado positivo de 212.000,0 €, provando que se deveriam ter tomado medidas que não foram tomadas, acrescentando que, como disse o associado Vítor Silvestre, tomara a grande maioria das coletividades terem tais resultados, incapazes de os atingir, em grande parte, pela falta de apoios. Neste sentido, enaltece a importância dos lucros feitos no parque de campismo, referindo que os mesmos permitem *“aliviar de alguns problemas, caso contrário, estaríamos numa situação idêntica à das outras coletividades”*. Posto isto, chamou à atenção de que as tomadas de decisão proposta pelo anterior Departamento de Atividades Campistas (DAC), nomeadamente a possibilidade de admissão de sócios e a compra de materiais, permitiram minimizar as perdas, com entrada imediata de dezenas de milhares de euros, possibilidade essa vedada há mais de um ano.

Por último, o associado Orlando Gonçalves menciona que é necessário fazer investimentos na sede, no ginásio cine, nas piscinas e no parque de campismo. Em particular, no que diz respeito ao parque de campismo, refere que *“não é possível pedir aos campistas que paguem, sem que lhes sejam dadas condições, assim como com os atletas, não é possível ter campeões sem que haja condições para que os mesmos possam treinar”*.

Terminou a sua intervenção referindo que estava a falar em seu nome e não da Direção. O associado reforça a ideia de que a SFUAP não é uma empresa, é uma sociedade e que deve estar ao serviço e prestar apoio aos sócios e aos munícipes, acrescentado que não se pode olhar para a coletividade como uma empresa ou negócio, a SFUAP foi criada para responder às necessidades dos munícipes em geral, para que todos possam fazer desporto, os valores libertados do parque de campismo devem ser postos ao dispor dessa situação. Ressalvou a participação que a SFUAP deve ter com os mais desfavorecidos em dar condições de igualdade, havendo a necessidade de se ser solidário, não basta só dizê-lo, temos de o praticar.

- 5.6) De seguida, tomou a palavra o associado Álvaro de Freitas (sócio n.º 121), que começou por felicitar todos os presentes, dizendo não ser um bom orador e que, portanto, reforça a ideia de que apenas será sentido e que espera não ser mal-entendido. O associado refere que concorda com o que o sócio Fernando Cruz mencionou em relação aos Relatórios feitos antigamente, acrescentando que na altura os conseguia compreender e que, em contrapartida, os últimos não estariam perceptíveis para o seu entendimento. Neste sentido, acrescenta que *“alguém de outras direções lhe disse que agora eram feitos assim para lhes salvar das entidades, para não serem compreensíveis”* – na sua opinião, tal afirmação leva-o a crer que existiria a necessidade de fazer uma auditoria às contas da SFUAP, contudo, espera não ofender ninguém com tal apreciação.

Por fim, relativamente ao referido pelo sócio Carlos Freitas, refere que a coletividade dá lucro, uma vez que tem *“uma máquina de fazer dinheiro, o parque de campismo”*. Concluiu a sua intervenção pedindo desculpa e referindo que não foi sua intenção ofender ninguém.

- 5.7) Tomou novamente a palavra o sócio Luís Gonçalves, referindo que tinha pedido a palavra logo a seguir ao associado Fernando Cruz, para assim ajudar nas dúvidas postas sobre o Relatório, contudo, entretanto teriam sido feitas outras intervenções, que o deixaram sem vontade de falar. Deste modo, refere que a sua intenção ao comparecer nesta e na anterior Assembleias nunca fora gerar polémica, solicitando que parassem com a mesma. Posto isto, o associado afirma que *“uma coletividade ou entidade que entre no despesismo essa cultura está condenada a durar pouco, faz umas flores de início depois começa a afundar como outras afundaram”*.

Em resposta ao sócio Fernando Cruz, relativamente aos valores a receber, aos valores recebido, etc., menciona que tanto as contas/fluxos financeiros são numa perspetiva dinâmica, exemplificando: *“Há pagamentos e recebimentos que vão ocorrendo no tempo e há um corte a 31 de Dezembro, nuns anos há faturação na rua e menor recebimento entrando outros anos é ao contrário, isto, por si só, não tem significado nenhum, tudo pode estar dentro dos prazos e em ordem e de ano para ano haver variações significativas”*,

quanto uma perspetiva económica e não unicamente financeira. Neste sentido, refere que o Conselho Fiscal, presente nesta e noutras coletividades, tem como principal objetivo o suporte dos sócios, afirmando confiar no parecer desse órgão social.

De seguida, o associado deixou claro que não voltaria a intervir até ao final da presente Assembleia. Posto isto, refere que, para que fosse possível obter os resultados visíveis, foi necessário o sacrifício de várias pessoas, nomeadamente dos associados, dos trabalhadores, que revelam ser pessoas genuinamente empenhadas e que trabalham de modo exemplar, contudo, nem sempre foram valorizados da forma mais justa. Neste sentido, o sócio especifica ainda que os trabalhadores, tanto da sede, quanto do parque de campismo, devem ser valorizados, uma vez que realizam o seu trabalho com rigor, sem que qualquer entidade externa necessite de fazer análises e verificações sistemáticas ou sem que coloquem em causa o que foi feito. Deste modo, o associado pretendeu destacar o papel importante que os trabalhadores desempenharam, para que fosse possível obter tais resultados, assim como a contribuição de entidades públicas (p.ex: Junta de freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, que se “*chegou à frente sem que fosse pedido*”) e privadas de referência, que possibilitaram negociar determinados valores e, deste modo, reduzir possíveis gastos. Ao nível das entidades que colaboraram, pretendeu ainda dar um exemplo específico, referindo que houve quem se chegasse à frente, em tempo *record*, permitindo que fosse apresentado, dentro do prazo, as medidas de autoproteção.

Por último, agradeceu e referiu que não voltava a intervir sobre o que quer que fosse dito.

- 5.8) Tomou a palavra o Presidente da MAG que, antes da intervenção do próximo associado, mencionou ser a segunda intervenção feita pelo associado Fernando Cruz, apelando para que fosse sintético no seu discurso.
- 5.9) Posto isto, tomou a palavra o associado Fernando Cruz, que começou por clarificar o referido pelo Ex-Presidente da coletividade, mencionando que não iria contrariar nada daquele que fora dito por ele, contudo, refere querer deixar claro que apenas solicitou que houvesse uma explicação clara de determinados itens do Relatório e Contas. No seguimento de tal opinião, acrescenta que a sua intenção não é criar polémica e que louva as pessoas que se disponibilizam para gerir uma coletividade desta dimensão, ainda assim, não pode deixar de mencionar a sua opinião, uma vez que, em Assembleias anteriores, já referira algumas vezes que os sócios que não são especialistas em contabilidade, não ficariam suficientemente clarificados e esclarecidos.

Por fim, manifesta ter ficado contente por terem apresentado mais de duzentos mil euros de resultado positivo, contudo, essa alegria não implica a não necessidade de compreensão das contas apresentadas, uma vez que afirma “*amar esta coletividade*”, reforçando a ideia de que não quer criar polémicas.

- 5.10) Após a intervenção do associado anterior, iria tomar a palavra o sócio Nuno Lopes (sócio nº 7715), contudo, o Presidente da MAG, antes que o mesmo começasse a falar chamou a atenção que a próxima seria a última intervenção feita naquela noite, uma vez que não constavam mais inscrições na mesa. Tal intervenção gerou polémica e mais alguns sócios pediram palavra.
- 5.11) Neste sentido, acabou por tomar a palavra o associado Manuel Correia (sócio nº 1004), começando por afirmar que os seus votos passam por desejar que a Direção faça um bom trabalho. No que diz respeito ao Relatório e Contas, o mesmo afirma não ter a sua aprovação. Expressa a sua satisfação em relação ao movimento associativo praticado na SFUAP, onde se verificou uma entrada de novos sócios, nomeadamente, 377 sócios efetivos, 301 sócios familiares e 210 sócios auxiliares e pergunta à Direção qual a totalidade de sócios atualmente.
- 5.12) De seguida, tomou a palavra o associado Nuno Lopes, Vice-Presidente do Departamento de Atividades Desportivas (DAD) (sócio nº 7715), que começou por referir que, ao longo da Assembleia tem ouvido inúmeras referências à palavra “*polémica*”, assim como diversas opiniões dos associados, que refletem que a coletividade é relevante para os mesmos e que “*não se pode levar a mal*”. Posto isto, refere que concorda que deve haver melhorias substanciais, às quais tem feito algumas referências. No que diz respeito ao DAD, o associado refere que no próximo Relatório e Contas, será feito um maior esforço, de forma a prestar informação adicional e traduzir aquilo que está apresentado em números, sempre cumprindo as regras contabilísticas.

Fazendo referência à primeira intervenção do sócio José Manuel Maia, relativamente aos custos de participação da equipa de natação, menciona que ainda não foi feito um levantamento, contudo, assegura que na próxima Assembleia Geral será apresentada essa informação. No entanto, acrescenta que, caso o associado não queira esperar até essa data, irá ser feito um esforço para lhe fazer chegar essa informação, acrescentando que existe uma preocupação acrescida por parte da Direção no que diz respeito à transparência e, portanto, qualquer sócio que queira alguma informação sobre custos e/ou estratégias, no que diz respeito ao DAD, poderão solicitar uma reunião presencial ou *online* e esclarecer possíveis dúvidas.

Em relação à intervenção do sócio Carlos Freitas, o associado Nuno Lopes acredita terem visões idênticas, uma vez que algumas modalidades anteriormente geravam alguma receita e pagavam os seus próprios custos, outras nunca o fizeram, revelando alguma preocupação nesse sentido, acrescentando estar a estudar a fundo todos os custos, possibilitando brevemente fornecer mais informações, comparativamente às que pode fornecer no momento. De seguida, acrescenta que para 2021 os principais objetivos serão reduzir despesas e aumentar receitas, sendo que refere que a Direção está de momento a estudar o ponto de

partida e a definir alguns objetivos, ou seja, traçar o caminho entre o ponto em que estão e aquele que pretendem atingir, denominado Plano Estratégico, desafiando fazer uma reunião em conjunto, de modo a trocar ideias e trabalhar juntos. Neste sentido, o associado reforça a ideia de que a atual Direção quer melhorar e fazer o melhor e que, para isso, é necessário a ajuda de todos *“para levar a coletividade a bom porto”*.

Em relação ao Relatório e Contas, refere que existem algumas questões, nomeadamente no que diz respeito a verbas *“que estão fora, a pagamentos em atraso, mensalidades, alguns sócios, pais com dificuldades”*, acrescentando que a Direção tem em conta as condições socioeconómicas de alguns associados e, neste sentido, já se encontra a procurar contactos de forma a criar acordos. Posto isto, o associado acrescenta que, tendo em conta os tempos que todos vivemos e de possíveis desempregos e, consequentemente, dificuldades socioeconómicas, existe a possibilidade de isentar, durante um curto espaço de tempo, certos sócios que se encontrem em tais condições.

Em resposta ao associado Vítor Silvestre, o sócio Nuno Lopes assegura que de momento a Direção se encontra em diálogo com escolas, de forma a, por um lado, aumentar as parcerias e, por outro lado, aumentar o número de crianças na coletividade. Neste sentido, acrescenta que a Direção já se encontra em reuniões com a Câmara Municipal, para que esta possa ser uma parceira facilitadora neste projeto de natação curricular, mais especificamente e a título de exemplo, para que crianças do ensino básico possam passar nas piscinas e usufruir das mesmas e que, deste modo, algumas poderão ficar na coletividade.

No que diz respeito à intervenção do sócio Álvaro Freitas, o associado confessa acolher de bom grado a sua opinião, uma vez que acredita que esta é importante para o desenvolvimento da coletividade. Contudo, alerta para a questão relacionada com os recursos humanos, onde já diverge da opinião do sócio, acrescentando que, se por um lado existe a responsabilidade de prestar serviço à coletividade, por outro lado a coletividade tem de fazer uma boa avaliação dos seus esforços e prestar uma boa formação, de forma a potenciar o desenvolvimento profissional. Neste sentido, o associado Nuno Lopes dá o exemplo das pessoas que fazem o tratamento e higienização da água da piscina, que não têm formação oficial e reconhecida para exercer tais funções e que, apesar de reconhecer o mérito de tais funcionários, assegura que tal assunto já está a ser tratado.

Relativamente à questão exposta pelo associado Manuel Correia, refere que, atualmente, a coletividade conta com 12414 sócios, e que, em resposta ao sócio Luís Filipe, apesar de não ser utilizador do parque de campismo, é sócio da SFUAP, quer ela se encontre da Cova da Piedade ou na Costa de Caparica, reforçando a ideia de que a coletividade é um todo e que essa é também a perspetiva da atual Direção.

Termina a sua intervenção referindo que podem e devem existir várias perspetivas, inúmeras visões, existindo um quórum que irá votar naquilo que entende que será o melhor para a coletividade, reforçando que *“o mais importante é colher todas as opiniões e beneficiar desse confronto”*. Agradeceu.

- 5.13) O Presidente da MAG tomou a palavra no sentido de esclarecer que já em 2021 entraram 312 sócios efetivos para a coletividade e 58 auxiliares. Passou a palavra ao sócio Manuel Maia.
- 5.14) Interveio o sócio Manuel Maia, que começa por referir que as intervenções que são feitas pelos membros da Direção deveriam ser clarificadas se o fazem em nome da Direção ou como sócios. Considera ter alguma experiência em Assembleias e, na sua perspetiva, o principal numa Assembleia é o respeito e compreensão, pois existem diferentes formas de falar, sendo importante a compreensão e o *“saber ouvir”*. No seguimento, disse que deve ser fundamental sair-se de uma Assembleia *“de braço dado e não à cabeçada uns com os outros”*, sendo que acima de tudo, está a coletividade.

Esclarece que os órgãos sociais são três, nomeadamente, a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Direção, sendo que a Mesa da Assembleia não é órgão social, mas sim apenas um ajudante do funcionamento da Assembleia para que corra bem. O associado afirma ainda que, *“não é um protagonista, é um incentivador da democracia, respeitador também, e nós temos obrigação de respeitar a mesa, a autoridade da mesa”*. Sobre o mesmo assunto refere que por vezes se mete o *“pé na poça”*, mas considera importante, a perceção do erro para se poder alterar e não voltar a fazer o mesmo. Sublinhou a importância do Conselho Fiscal para um bom funcionamento da Coletividade.

Relativamente ao Relatório e Contas, considera que não há muito que possa ser alterado uma vez que as contas obedecem a uma lei, mas que, no entanto, o Relatório pode explicar muita coisa e que na Assembleia os associados, têm o direito de, caso existam dúvidas, serem esclarecidos. No entanto, entende que esta situação deve ser desculpada, uma vez que, a atual Direção está a falar sobre a gestão da anterior Direção e que no próximo ano espera que seja diferente.

Em resposta ao Vice-Presidente Nuno Lopes, disse que aquilo que pretendeu dizer era que existem atividades na coletividade em que é complicado verificar-se um resultado lucrativo, nomeadamente a Banda Filarmónica, que apenas se poderia verificar lucro, caso fossem feitos concertos pagos. Sobre a natação, disse que *“há coisas que é impossível dar lucro, mas é importante que se mantenham na coletividade, pois é uma forma de atrair gente para a coletividade”*.

Relativamente ao Conselho Fiscal, disse ainda que o seu relatório é inalterado, foi aprovado numa reunião do próprio conselho, quer se queira ou não, e que a opinião que deu sobre o

mesmo, seria como o próprio teria feito. Disse que aprovava, tanto o relatório do Conselho Fiscal, quanto o Relatório e Contas.

Pensa que existe a necessidade de se pensar, aprofundar, considerar, para a possibilidade de se aumentar receitas e diminuir despesas, e ainda, a necessidade de se manter, assegurar, defender e incentivar o parque de campismo, por se tratar de uma questão determinante e que para isso existe a necessidade de nos aliarmos a outros parques de campismo, de modo a realizar uma grande campanha e ação para que o parque continue a ser a possibilidade de nos dar meios financeiros. Por último, disse que para não nos enganarmos sobre a finalidade do parque campismo, que o mesmo tinha como objetivo, dar as verbas necessárias para engrandecer a coletividade.

5.15) Usou da palavra Carlos Freitas, que começou por fazer referência à última Assembleia sobre a sua intervenção e das suas sugestões. Pede à própria Direção e Departamento para procurarem nos arquivos da SFUAP de coisas que já se fizeram, dando o exemplo de 1999/2000, onde foi feito um projeto para aprender a nadar com a Junta de Freguesia da Cova da Piedade, o qual englobou todas as escolas da Cova da Piedade, sendo que, considera que nessa altura a coletividade era um exemplo, até para as escolas, que procuravam saber como “*nos organizávamos*”. Menciona que só para uma das piscinas, o plano teria sido feito para cerca de 5000 pessoas e que atualmente se está com cerca de 1400 alunos. De seguida, disse que durante pelo menos 10 anos o plano da água que estava a ser executado não era para os utentes existentes e que já há muito tempo não ouvia o que o sócio Manuel Maia disse, relativamente, a certas modalidades não poderem dar lucro. Deu o exemplo dos gastos das equipas representativas englobando os gastos das famílias e fez referência que houve uma mãe que gastou quase mil euros. Conclui, referindo que se tem de aproveitar a pandemia e com o seu fim para se começar do zero.

5.16) Tomou a palavra Orlando Gonçalves, com o objetivo de fazer uma referência em relação à intervenção do sócio Manuel Maia, afirmando que gosta de ouvir o associado falar, uma vez que considera que este tem “*palavras sábias*”, contudo, faz uma pequena correção ao que disse sobre o parque de campismo, acrescentando que este não foi criado exclusivamente para dar lucros, mas também, que teria sido criado para dar uma oportunidade às famílias de terem um espaço de lazer.

5.17) O associado Adelino Cardoso (sócio nº 877), começou por referir que gosta mais de ouvir do que intervir. Disse que teve o prazer de ter ouvido quase todos os trabalhadores do parque e da sede e que considera ter sido uma mais-valia.

Na sua opinião, “*não é normal valorizar as empresas que trabalharam para nós, mas sim que nos ajudaram em períodos difíceis e estiveram sempre disponíveis para nos ajudar*”. Realçou

que a anterior Direção esteve sempre disponível para colaborar com a nova Direção e esclarecer possíveis dúvidas.

De seguida, refere que se deve reconhecer que a coletividade é uma “coletividade de bem” e que se divide em duas partes, a comercial e a associativa, sendo que a parte comercial tem que ter alguma exigência. Neste sentido, pelo respeito pelos trabalhadores, pelos sócios e pela Direção, é muito importante que seja recíproco também para com as empresas. Elencou o que se fez da área de formação dos trabalhadores, que essa formação foi gratuita e que tudo isso estaria programado. Aproveitou a sua intervenção para agradecer aos trabalhadores que estiveram envolvidos na melhoria da coletividade, que quando foram chamados estiveram presentes e foram importantes durante o processo. Fez referência à piscina da parte inferior e encontra-se de acordo com o seu encerramento, que a anterior Direção já estaria preparada para isso tendo em conta o levantamento que tinham feito. Acrescentou que estava previsto o encerramento para setembro ou outubro, mas como houve troca de Direção, o mesmo não aconteceu. Afirma que não houve negligência da Direção, mas que existiam várias causas que levaram a adiar o encerramento da piscina. Agradeceu e desejou bom trabalho à nova Direção.

- 6- O Presidente da MAG deu início à votação do documento, perguntando inicialmente aos presentes se consideravam necessário submeter primeiro a votação o Relatório e Contas e de seguida o parecer do Conselho Fiscal, sendo esta proposta aceite em simultâneo. Neste sentido, o Relatório e Contas foi aceite por maioria, com 9 abstenções.

De seguida, passou-se ao ponto 2 da ordem de trabalhos, onde o Presidente da MAG refere que a minuta da ata da última Assembleia estava muito extensa e que, portanto, foi simplificada, perguntando aos presentes se queriam que a mesma fosse lida, apesar da sua prévia aprovação – não sendo necessária a leitura.

O presidente acrescenta ainda que a ata da Assembleia realizada há 6 meses ainda não se encontra finalizada e que a coletividade terá de pagar 65€ para a realização da mesma, sendo que afirma que a ata apresentada nesta Assembleia levou cerca de 28 horas e que contém 19 páginas. Neste sentido, questiona se, tendo em conta a extensão da mesma, os presentes consideram necessário a leitura na íntegra, sendo que esta se encontra disponível nos canais de comunicação da SFUAP.

- 7- Por fim, uma vez que não houve qualquer intervenção referente ao ponto 2 da ordem de trabalhos, o Presidente da MAG solicitou ao secretário David Gonçalves a leitura da minuta da ata desta Assembleia.

7.1) Passou-se à votação da minuta, sendo esta aprovada com 2 votos contra e 12 abstenções.

- 8- O Presidente da Mesa da Assembleia, não havendo mais assuntos a tratar deu por encerrada a Assembleia, pelas 23h22, da qual será lavrada uma ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Cova da Piedade, 30 de abril de 2021

O Presidente da M.A.G



António Cristo

A Vice-Presidente

Vânia Cruz



O Secretário



José Pires

O Secretário



David Gonçalves